



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

Departamento de Administração

Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

ANDRÉIA MISSIAS ANDRADE DE CARVALHO

**INCLUSÃO PELA EDUCAÇÃO: análise da política pública
Pronatec/FIC no âmbito do IFG – Campus Senador Canedo.**

Brasília – DF

Março / 2019

Carvalho, Andréia Missias Andrade de.

Inclusão pela educação: análise da política públicas Pronatec/FIC no âmbito do IFG – Campus Senador Canedo / Andréia Missias Andrade de Carvalho. – Brasília, 2019.

38 f. : il.

Monografia (especialização) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração, 2019.

Orientador: Prof. Esp. Henrique Neuto Tavares, Departamento de Administração.

1. Educação profissionalizante . 2. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) 3. Formação Inicial e Continuada (FIC) I. Título.

Universidade de Brasília – UnB

Reitora:

Prof^ª. Dr^ª. Márcia Abrahão Moura

Vice-Reitor:

Prof. Dr. Enrique Huelva

Decana de Pós-Graduação:

Prof^ª. Dr^ª. Helena Eri Shimizu

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão
Pública:**

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira

Chefe do Departamento de Administração:

Prof. Dr. José Márcio Carvalho

Coordenadora do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Profa. Dr^ª. Fátima de Souza Freire

ANDRÉIA MISSIAS ANDRADE DE CARVALHO

**INCLUSÃO PELA EDUCAÇÃO: análise da política pública Pronatec/FIC no âmbito
do IFG – Campus Senador Canedo.**

Monografia apresentada ao Departamento de
Administração como requisito parcial à obtenção
do certificado de especialista (*lato sensu*) em
Gestão Pública Municipal.

Professor Orientador: Esp. Henrique Neuto Tavares

Anápolis – GO

Março / 2019

Universidade de Brasília
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

INCLUSÃO PELA EDUCAÇÃO: análise da política pública Pronatec/FIC no âmbito do IFG – Campus Senador Canedo.

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

Andréia Missias Andrade de Carvalho

Esp. Henrique Neuto Tavares
Professor-Orientador

Esp. Tales Ramos Monteiro dos Santos
Professor-Examinador

Anápolis, 27 de Abril de 2019.

Agradeço à equipe de colaboradores e aos egressos do IFG pela disponibilidade e apoio ao longo do desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço também a todos os envolvidos na execução desta especialização, em especial a Marli do Pólo Anápolis, a tutora Ildenice e ao Prof. Henrique, pelo estímulo ao processo de conhecimento e contribuição para minha formação acadêmica.

„Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.“

Paulo Freire

RESUMO

A realidade brasileira em relação ao mundo do trabalho, apesar do período de retração que estamos vivendo, identifica que existem oportunidades de trabalho, porém inacessível a muitos indivíduos, principalmente devido à falta de capacitação e baixa escolaridade. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec/FIC) foi criado com o intuito de ampliar a oferta de vagas na educação profissional e fornecer capacitação de curta duração aos trabalhadores. Esta pesquisa teve como intuito, portanto, verificar se a oferta de capacitação profissional através dos cursos Pronatec/FIC implementados pelo IFG – Câmpus Senador Canedo, fomentou a inserção dos indivíduos participantes no mercado de trabalho. Para que se pudesse alcançar os resultados, optou-se por uma abordagem de caráter qualitativo, pelo método exploratório, tendo sido feita análise documental e bibliográfica e coleta de dados por meio de entrevistas semiabertas, com questões semiestruturadas e roteiro simples, com colaboradores do programa vinculados ao IFG e egressos dos cursos oferecidos entre o segundo semestre de 2014 a 2017. Observamos que a percepção geral dos entrevistados em relação a aplicação da política é positiva, pois o programa disponibiliza o acesso gratuito a cursos cujo objetivo vai além da empregabilidade, proporcionando a melhora das condições sociais, econômicas e políticas de cada cidadão e da cidade onde os cursos são ofertados.

1. Educação
profissionalizante

2. Programa Nacional de
Acesso ao Ensino Técnico
e Emprego – Pronatec

3. Formação Inicial e
Continuada – FIC

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Siglas utilizadas na pesquisa de acordo com os sujeitos	22
Tabela 2 – Cursos ofertados e quantitativo de concluintes	25
Tabela 3 – Quantitativo de vagas, matriculados e concluintes.....	27
Tabela 4 – Perfil dos entrevistados	28

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF – Constituição Federal

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FIC – Formação Inicial e Continuada

Gepex – Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFG – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SINDICANEDO – Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Senador Canedo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	Objetivo Geral	11
1.2	Objetivos Específicos	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1	A Educação no Brasil	12
2.2	Políticas Públicas em Educação no Brasil.....	14
2.3	Política Pública de Qualificação Profissional: Pronatec.....	17
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA	18
3.1	Caracterização da Entidade	19
3.2	Participantes do Estudo	20
3.3	Procedimentos e Instrumentos de Pesquisa.....	21
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
4.1	Eixo Temático e Cursos.....	23
4.2	Percepções Sobre a Aplicação do Programa	28
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	31
	REFERÊNCIAS	33
	APÊNDICES	35
	Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	35
	Apêndice B – Roteiro de Entrevista: Egressos.....	36
	Apêndice C – Roteiro de Entrevista: Colaboradores IFG	37

1 INTRODUÇÃO

A realidade brasileira em relação ao mundo do trabalho, apesar do período de retração que estamos vivendo, identifica que existem oportunidades de trabalho, porém inacessível a muitos indivíduos, principalmente devido à falta de capacitação e baixa escolaridade. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec/FIC) foi criado com o intuito de ampliar a oferta de vagas na educação profissional e fornecer capacitação de curta duração aos trabalhadores. Esta pesquisa teve como intuito, portanto, verificar se a oferta de capacitação profissional através dos cursos Pronatec/FIC fomenta a inserção dos indivíduos participantes no mercado de trabalho.

O Pronatec foi instituído pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de capacitar a população de forma técnica e profissionalizante. O mesmo é responsável por ofertar cursos de Formação Inicial Continuada (FIC) e cursos técnicos de nível médio, inclusive na educação de jovens e adultos (EJA), tendo como um dos seus objetivos específicos, a ampliação das oportunidades de capacitação para trabalhadores de forma articulada com as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.

O Programa é desenvolvido através de parcerias com diversas instituições de ensino nos níveis federal, estadual, distrital e municipal, instituições dos serviços nacionais de aprendizagem (Sistema S) e instituições privadas. Nosso campo de estudo foi a oferta de curso Pronatec/FIC no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) – Câmpus Senador Canedo, ligado à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Por meio desta investigação, buscou-se verificar qual é o impacto dos cursos profissionalizantes Pronatec/FIC implementados pelo IFG – Câmpus Senador Canedo junto à população do município de Senador Canedo.

Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi verificar se a oferta de capacitação profissional através dos cursos Pronatec/FIC fomenta a inserção dos indivíduos participantes no mercado de trabalho. Para tal, pretendeu-se ampliar os estudos sobre políticas públicas para educação profissional Pronatec/FIC, identificar dados sobre o tipo de oferta dos cursos implementados pelo IFG – Câmpus Senador Canedo, bem como verificar se o programa causa impacto nos alunos em relação à inserção no mercado de trabalho.

Desta forma, a pesquisa se justifica pela necessidade de diagnosticar e avaliar a aplicação da política pública Pronatec/FIC no âmbito do IFG – Câmpus Senador Canedo, gerando subsídios para o governo municipal e o IFG sobre a definição dos cursos ofertados, bem como entender se a aplicação de políticas públicas que tratam da educação e do trabalho impactam o participante no desenvolvimento pessoal, profissional e socioeconômico.

Para que se pudesse alcançar os resultados, foi feita análise documental e bibliográfica e coleta de dados por meio de entrevistas com a colaboradores do programa junto ao IFG e egressos dos cursos oferecidos.

Assim, no primeiro capítulo foi feita uma breve conceituação das políticas públicas para educação profissional e o aprofundamento sobre os conceitos relacionados à política de qualificação profissional Pronatec/FIC. No segundo capítulo, foi realizado o detalhamento da metodologia de pesquisa adotada, com a caracterização da instituição ofertante e a identificação do público alvo. O terceiro capítulo foi reservado para a apresentação e análise dos dados coletados. Por fim, apresentamos algumas considerações finais acerca da temática desenvolvida ao longo do trabalho.

1.1 Objetivo Geral

Verificar se a oferta de capacitação profissional através dos cursos Pronatec/FIC fomenta a inserção dos indivíduos participantes no mercado de trabalho.

1.2 Objetivos Específicos

- a) Ampliar os estudos sobre políticas públicas para educação profissional Pronatec/FIC;
- b) Identificar dados sobre o tipo de oferta dos cursos implementados pelo IFG – Câmpus Senador Canedo;
- c) Verificar se o programa causa impacto nos alunos em relação à inserção no mercado de trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Educação no Brasil

A educação no Brasil está marcada pela dualidade entre instrução geral e instrução profissional, entre trabalho manual e trabalho intelectual em que, na prática, se reserva a educação geral para as elites dirigentes e se destina a educação profissional para a preparação para o mundo do trabalho aos pobres (CIAVATTA, 2005; MOURA, 2007). Esses autores apoiam-se em pensadores como Karl Marx, Antônio Gramsci, Mário Manacorda, Dermeval Saviani e outros.

Há uma grande discussão entre a visão pedagógica dicotômica e integral, sendo a primeira, o ensino voltado para as técnicas pedagógicas da aprendizagem pautada pela filosofia pragmática, que propõe a fragmentação do sujeito, estabelecendo a dicotomia entre teoria e prática, com a submissão de um currículo voltado às necessidades do capital. Já o ensino integral ou onilateral, com viés na práxis Marxista, concebe o indivíduo na sua totalidade, com uma formação humana integral aliada a técnica, possibilitando a este, visualizar sua realidade de forma crítica e autônoma, dando-lhe instrumentos para interferir efetivamente na transformação social, política-ética da sociedade. Os princípios norteadores do currículo integrado são a contextualização, a interdisciplinaridade e o compromisso com a transformação social.

Em 1809, surgem os primeiros indícios do que se pode caracterizar como educação profissional, com a promulgado um Decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, criando o Colégio das Fábricas, retratando a educação profissional sob a ótica assistencialista de uma sociedade escravocrata cujo objetivo era resolver um problema social de controle dos “órfãos e os demais desvalidos da sorte”.

No início do Século XX, há uma modificação do enfoque na educação profissional, que passa a priorizar a formação de mão de obra para atender as necessidades emergentes da indústria, comércio, agricultura e serviços, tanto que o ensino profissional, voltado aos operários e seus filhos, passou a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que em 1910, criou e instalou dezenove Escolas de Aprendizes Artífices em várias unidades da Federação. (MOURA, 2007)

Em 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, mas a dualidade permaneceu, como aponta Moura (2007):

(...) a proposta organizava a educação em duas grandes categorias: atividades de humanidades e ciências (de natureza mais intelectual) e cursos de caráter técnico (de natureza mecânica e manual). Desse modo, percebe-se claramente, mais uma vez, a distinção entre aqueles que pensam e aqueles que executam as atividades (MOURA, 2007, p. 7-8).

Um marco importante da educação, foi a entrada em vigor, na década de 60, da primeira LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que formalmente acaba com a dualidade, porém a perpetua através dos currículos

(...) uma vez que a vertente do ensino voltada para a continuidade de estudos em nível superior e, portanto, destinada às elites, continuava privilegiando os conteúdos que eram exigidos nos processos seletivos de acesso à educação superior, ou seja, as ciências, as letras e as artes. Enquanto isso, nos cursos profissionalizantes, esses conteúdos eram reduzidos em favor das necessidades imediatas do mundo do trabalho. (MOURA, 2007, p. 11)

Com a redemocratização do país e a promulgação da Constituição Federal de 1988, recomeça a luta política pela democratização da educação, o que resultou na nova LDB, Lei nº 9394/1996 que, refletindo os recursos de poder dos atores no embate entre educação pública e educação privada, acaba por prevalecer a lógica mercadológica.

Esse embate também permeia a construção do Plano Nacional de Educação – PNE (2001-2010), outro importante marco nas políticas públicas para educação brasileira, apresentando as concepções distintas dos atores envolvidos sobre sociedade, trabalho, educação e formação humana.

Ramos (2016, p. 5), fazendo uma contextualização histórica e comparando os avanços na política educacional nas últimas décadas aponta importantes ações contempladas na aprovação do PNE (2014-2024):

Registram-se, pelo menos, alguns avanços: a) sua elaboração contou amplamente com a participação da sociedade civil; b) determinou-se a vinculação do financiamento da educação a um percentual do PIB; c) previu-se a instituição do Sistema Nacional de Educação, inclusive mediante a regulamentação do regime de cooperação e colaboração entre os entes federados e as redes de ensino; d) formalizou-se o Fórum Nacional de Educação como integrante do sistema (RAMOS, 2016, p. 5).

É importante ressaltar que no âmbito das políticas educacionais, como em outras áreas, as disputas e correlações de forças produzem uma miscelânea de concepções, que, ora

possibilitam movimentos na direção mais progressista, ora possibilitam movimentos de retrocessos na educação.

2.2 Políticas Públicas em Educação no Brasil

Políticas públicas, conforme definição corrente, são o conjunto de ações, atividades e programas desenvolvidas pelo Estado, nas esferas nacional, estadual ou municipal, com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados que objetivam assegurar direitos constitucionais de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico.

Em um apanhado histórico, Farah (*apud* Rua, 2014, p. 43-46), destaca que até o início da década de 1980, as políticas públicas eram caracterizadas pela

centralização financeira e decisória na esfera federal, pela fragmentação setorial e institucional e pela exclusão da sociedade civil do processo de formulação, da implementação dos programas e do controle da ação governamental.(...) Com a democratização do País, a agenda de reforma que então se definiu teve como eixos a democratização dos processos decisórios – com a descentralização e a participação dos cidadãos na formulação e implementação das políticas – e a equidade dos resultados das políticas públicas.(...) no início dos anos de 1990, já sob o impacto da crise fiscal e da escassez de recursos, foram introduzidas na agenda preocupações com a eficiência, eficácia e efetividade da ação governamental, bem como com a qualidade dos serviços públicos. (...) chama a atenção para um conjunto de abordagens inovadoras e para o estabelecimento de novas esferas de participação e negociação entre os atores envolvidos nas políticas públicas (FARAH *apud* RUA, 2014, p. 43-46).

É inegável, como explicita Melo e Moura (2017, p.4), que o estabelecimento de políticas públicas, no início do século XXI, acontece em um contexto de disputas entre os atores políticos envolvidos, carregando as contradições de uma sociedade complexa com grande diferenciação social e um Estado impregnado de concepções características do modo de produção capitalista, permeada por tensões entre a classe trabalhadora e a classe detentora do capital o que envolve múltiplas possibilidades de cooperação, competição e conflito.

Em termos ideais, o ciclo de uma política pública deve ser composto de cinco fases sequenciais ou etapas, como aborda Rua (2014, p. 34-35):

- a. formação de agenda: um problema político e a sua discussão passa a integrar as atividades de um grupo de autoridades dentro e fora do governo;

- b. formulação da política: os atores apresentam propostas para resolução do problema, as quais devem ser combinadas de tal maneira que se chegue a uma solução aceitável para o maior numero de partes envolvidas;
- c. tomada de decisão: decisão sobre o núcleo da política que está sendo formulada;
- d. implementação: conjunto de decisões a respeito da operação das rotinas executivas das diversas organizações envolvidas. Normalmente, a implementação se faz acompanhar do monitoramento, observando-se os processos adotados, os resultados obtidos e o comportamento do ambiente da política;
- e. avaliação: procedimento de julgamento dos resultados, segundo critérios que expressam valores e destina-se a subsidiar as decisões dos gestores da política quanto aos ajustes necessários para que os resultados esperados sejam obtidos.

Contudo, a última etapa, componente essencial do ciclo, é muitas vezes relegada à atividade secundária, o que compromete a devida prestação de contas perante a sociedade.

Para abordarmos a temática de políticas públicas voltadas para educação, em especial os cursos e programas Pronatec/FIC, é necessária a análise de alguns instrumentos, documentos e regulamentos originados dos dispositivos legais.

A Constituição Federal (CF) de 1988, em seu art.205, determina que a qualificação para o trabalho é um dos fins da educação, ao lado do “pleno desenvolvimento da pessoa” e do “preparo para o exercício da cidadania”.

A Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelece que a educação profissional deve ser “desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” (art. 40). Já o art. 39 da referida lei estipula que os cursos de educação profissional e tecnológica (EPT) podem organizar-se por eixos tecnológicos, com a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. Adiante a LDB prevê os tipos de cursos e programas abrangidos pela educação profissional e tecnológica:

- a. de formação inicial e continuada ou qualificação profissional (cursos FIC);
- b. de educação profissional técnica de nível médio;
- c. de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Assim, o ensino técnico a que se refere o Pronatec abrange mais propriamente as categorias listadas na LDB de cursos de “educação profissional técnica de nível médio”; e de “formação inicial e continuada ou qualificação profissional”, sendo a primeira articulada ao ensino regular, na forma integrada, concomitante ou subsequente ao ensino médio, com carga horária de 800h a 1200h. Já a segunda categoria, que também inclui a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade podem ser oferecidos cursos “segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social” (art. 3º do Decreto nº 5.154, de 2004), com duração de 3 a 6 meses e carga horária de 160h a 400h.

Outro instrumento é o Plano Nacional de Educação - PNE, onde determinam-se diretrizes, metas e estratégias para a política educacional. Em se tratando especificamente da educação profissional, Melo e Moura (2017, p.9-14) apresentam uma análise das metas e estratégias contempladas no PNE (2014-2024), a qual pode ser sintetizada da seguinte forma: As estratégias 3.7 e 8.4, tratam da expansão das matrículas “gratuitas” de ensino médio integrado à educação profissional, portanto sinaliza a lógica privatizante na educação profissional, uma vez que as mesmas podem ser oferecidas tanto por entidades públicas quanto privadas.

Observa-se o aspecto positivo de estabelecer na meta 10:

(...) O esforço de integração entre Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à Educação Profissional. Esse aspecto denota, ainda que de modo incipiente, um passo para a construção da formação integrada que (...) transpõe a ideia da simples orientação de instrumentalizar para o mercado de trabalho (PNE, 2014-2024).

As estratégias desenvolvidas na meta 10, evidenciam a preocupação em se considerar as especificidades do público EJA, as estruturas onde se ofertam esses cursos, o fomento para a elevação da escolaridade dos jovens e adultos trabalhadores e a articulação entre a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho, com observância dos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia, da cultura e cidadania.

Melo e Moura (2017), destacam a problemática na estratégia 10.8, a qual

(...) se propõe fomentar a oferta pública de Formação Inicial e Continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à EJA, com a colaboração de instituições privadas. O embate público-privado se apresenta, evidenciando a contradição. Nesse caso, não se pode conceber que a oferta pública de educação esteja sujeita à lógica produtivista das instituições privadas (PNE, 2014-2024).

Porém identificam-se, nas metas e estratégias, pontos positivos, como a expansão do ensino para populações do campo, de comunidades indígenas e quilombolas e para as pessoas com deficiência; programas de assistência estudantil; estímulo ao estágio na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e do Ensino Médio Regular; a institucionalização de um Sistema de Avaliação da Qualidade da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

2.3 Política Pública de Qualificação Profissional: Pronatec

Conforme o art. 3º do Decreto 5.154/2004, que regulamenta o cap. III da LDB, “os cursos e programas de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social”.

A Lei 11.741/2008, que alterou artigos da Lei 9.394/1996 (LDB), rege que a Educação Profissional e Tecnológica abrange os cursos de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional e outros. Por sua vez, o art. 7º da Lei 11.892/2008 destaca que são objetivos dos Institutos Federais “[...] ministrar cursos de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica”.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, por meio da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, com a finalidade de capacitar a população de forma técnica e profissionalizante. O mesmo é responsável por ofertar cursos de Formação Inicial Continuada (FIC) e cursos técnicos de nível médio, inclusive na educação de jovens e adultos (EJA).

O art. 2º da referida lei dispõe sobre o público prioritário de atendimento do Pronatec: estudantes do ensino médio da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, inclusive da EJA; trabalhadores; e beneficiários dos programas de transferência de renda. São mencionados ainda os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores; pessoas com deficiência; povos indígenas, comunidades quilombolas; adolescentes e jovens em cumprimento de medidas

socioeducativas; e mulheres responsáveis pela unidade familiar beneficiárias de programas de transferência de renda. Em suma, a lei foca segmentos sociais mais vulneráveis, além de destacar os trabalhadores em geral, o que revela a tendência universalizante do programa.

Os objetivos do Pronatec estabelecidos em lei são:

- a. expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- b. fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- c. contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- d. ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- e. estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica; e
- f. estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Visando responder o problema central desta pesquisa, no tocante a verificação se a oferta de capacitação profissional através dos cursos Pronatec/FIC no âmbito do IFG fomenta a inserção dos indivíduos participantes no mercado de trabalho, optou-se por uma abordagem de caráter qualitativo, pelo método exploratório. Segundo Ruiz (2008, p. 50) e Gil (2010, p. 27), o principal objetivo da pesquisa exploratória é proporcionar maior familiaridade com o objeto de estudo, identificando sua natureza e características essenciais. Seu planejamento tende a ser flexível, pois pretende considerar os diversos aspectos relativos ao fenômeno estudado.

Para que se pudesse alcançar os resultados, foi feita análise documental e bibliográfica e coleta de dados por meio de entrevistas com colaboradores do programa vinculados ao IFG e cinco egressos dos cursos oferecidos entre o segundo semestre de 2014 a 2017. Na definição dos elementos da amostragem, utilizou-se a técnica não probabilística por conveniência.

Foram realizadas entrevistas semiabertas, com questões semiestruturadas, com roteiro simples, dando ao entrevistado liberdade nas respostas e a pesquisadora, a flexibilidade na condução de forma a colher mais detalhes e dados relevantes para a pesquisa.

Gil (2010, p. 27) destaca que, como todos os outros tipos de pesquisa, os levantamentos sociais apresentam vantagens e limitações. Entre as principais vantagens estão a interação e o conhecimento direto da realidade sob a ótica das pessoas participantes, deixando a investigação mais livre do subjetivismo do pesquisador, com custos relativamente baixos e rapidez na coleta de dados. Entre as limitações, pode ocorrer a ênfase nos aspectos perceptivos subjetivos, podendo resultar em dados distorcidos, bem como pouca profundidade no estudo da estrutura do fenômeno, sendo fundamental ao pesquisador o domínio de técnicas para contornar e controlar os problemas “(...) é possível, em primeiro lugar, omitir as perguntas que sabiamente a maioria das pessoas não sabe ou não quer responder. Também se pode, mediante perguntas indiretas, controlar as respostas dadas pelo informante.” (GIL, 2010, p. 36)

3.1 Caracterização da Entidade

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG), criado pela Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma autarquia federal detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Equiparada às universidades federais, é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicâmpus, especializada na oferta de educação profissional, tecnológica em diferentes modalidades de ensino, tendo como objetivos a promoção do desenvolvimento e a inclusão social, através da educação pública, gratuita e de qualidade. Tem por finalidade, formar e qualificar profissionais para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisas e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

Na educação superior, conta com os cursos de tecnologia, especialmente na área industrial, e os de bacharelado e licenciatura. Na educação profissional técnica de nível médio, o IFG atua, na forma integrada, atendendo também ao público de jovens e adultos, por

meio do EJA. Atualmente são ofertados ainda cursos de mestrado profissional e especialização *lato sensu*, além dos cursos de extensão, de formação profissional de trabalhadores e da comunidade (Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), de Formação Inicial e Continuada (FIC), que são cursos de menor duração, e os cursos de educação à distância.

O Câmpus Senador Canedo do IFG foi o quinto instalado na região metropolitana de Goiânia e iniciou suas atividades em agosto de 2014, em um espaço cedido pela prefeitura da cidade. O município de Senador Canedo, emancipado em 09 de janeiro de 1988, através da Lei nº 10.435, foi escolhido para abrigar um câmpus do Instituto porque apesar do franco desenvolvimento econômico, mais da metade da população possui baixa escolaridade. Segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aproximadamente 54% dos habitantes não têm instrução ou possuem apenas o ensino fundamental incompleto. Pesquisa realizada pelo Observatório do Mundo do Trabalho do IFG concluiu que, em face das características de Senador Canedo, o eixo ideal à região é o de Controle e Processos Industriais. Por este motivo, o Campus tem ofertado os cursos técnicos integrados em Automação Industrial, Mecânica e Refrigeração e Climatização, sendo o último na modalidade EJA e superior em Engenharia de Produção.

3.2 Participantes do Estudo

Para este trabalho, foram selecionadas algumas pessoas que participaram ativamente da implementação do programa junto ao IFG, como professores de módulos dos cursos, a coordenadora à época, bem como a atual gestora da Gepex - Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, que é responsável pela implementação das políticas e desenvolvimento das ações relacionadas à pesquisa, inovação, pós-graduação e extensão. Foram selecionados também, cinco egressos dos cursos oferecidos entre o segundo semestre de 2014 a 2017. Dessa forma, o presente estudo contou com o total de dez entrevistados, sendo 20% do sexo masculino e 80% do feminino.

3.3 Procedimentos e Instrumentos de Pesquisa

Durante o processo de coleta de dados, que ocorreu de janeiro a março de 2019, os procedimentos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas. Segundo Gil (2010), a pesquisa bibliográfica tem como base material já publicado, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais científicos. Utilizamos em grande medida, sites oficiais e o Portal de Periódicos Capes, na localização de artigos científicos que possibilitaram o aprofundamento da temática. A pesquisa documental leva em consideração materiais que não receberam tratamento analítico, ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa. Este tipo de procedimento possui vantagens como o baixo custo e por levar em consideração documentos que constituem uma fonte rica de dados. Dessa forma, a pesquisa documental nesta pesquisa se constituiu de documentos institucionais encontrados, principalmente, na Gepex e nos sites do MEC e IFG, além de outros meios online.

A coleta de dados deu-se por meio de entrevistas com colaboradores do programa vinculados ao IFG e egressos dos cursos oferecidos. Foram realizadas entrevistas semiabertas, com questões semiestruturadas, dando ao entrevistado liberdade nas respostas e a pesquisadora, a flexibilidade na condução de forma a colher mais detalhes e dados relevantes para a pesquisa. Foram desenvolvidos dois roteiros com perguntas inerentes ao objeto da pesquisa e adaptado para cada perfil de entrevistado, ou seja, colaborador e egresso. Dessa forma, os possíveis entrevistados foram convidados presencialmente e por rede social para uma entrevista com duração entre vinte e trinta minutos. Em caso de resposta positiva, receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido atestando que o indivíduo aceitou participar da entrevista, desde que suas informações pessoais sejam mantidas em sigilo. Além disso, o termo aprestou a opção de o entrevistado autorizar ou não a gravação da entrevista.

Para o presente trabalho, o procedimento selecionado para a análise das evidências empíricas foi a análise documental e de conteúdo. Para Gil (2010), a análise documental tende a variar conforme a natureza dos documentos, que podem envolver procedimentos estatísticos, como no caso de dados quantitativos disponíveis sob a forma de registros, tabelas, gráficos ou em banco de dados. A análise de conteúdo é definida como um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que se utiliza de procedimentos sistemáticos e de descrição objetiva do conteúdo das mensagens. Com as entrevistas e os documentos analisados, foi possível fazer uma categorização das evidências empíricas por meio da fala

dos participantes da pesquisa baseado no restante das leituras expressas nos documentos analisados e no referencial teórico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos com a análise das entrevistas, discutidos com base na bibliográfica detalhada no referencial teórico. Além disso, também foram considerados os dados obtidos nos sites e documentos institucionais do IFG. Os resultados foram demonstrados de acordo com os objetivos específicos demonstrados na Introdução do trabalho.

Para auxiliar na discussão dos resultados e realizar um comparativo entre as entrevistas, foram elaboradas siglas que correspondem a determinado sujeito participante da pesquisa. Para manter o sigilo de cada indivíduo, todos foram representados conforme perfil, colaborador (C1...C5) e egresso (E1...E5). As siglas e o perfis equivalentes podem ser encontrados na tabela nº 1.

Sigla utilizada na pesquisa	Sujeito
C1	Colaborador IFG 1
C2	Colaborador IFG 2
C3	Colaborador IFG 3
C4	Colaborador IFG 4
C5	Colaborador IFG 5
E1	Egresso 1
E2	Egresso 2
E3	Egresso 3
E4	Egresso 4
E5	Egresso 5

Tabela 1. Siglas utilizadas na pesquisa de acordo com os sujeitos.
Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

4.1 Eixo Temático e Cursos

De 2014 até 2017, o IFG ofertou vinte e oito cursos Pronatec/FIC, sendo que destes, apenas quatro foram do tipo Pronatec/Bolsa Formação, realizados no segundo semestre de 2014 e no segundo semestre de 2015. Conforme exposto no art. 3º do Decreto nº 5.154, de 2004, os cursos FIC são uma categoria de ensino de curta duração que inclui a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade “segundo itinerários formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social” .

Os cursos, com carga horária mínima de 160 horas, foram desenvolvidos em sete áreas do conhecimento: engenharias (4); saúde (2); meio ambiente (7); educação (7); informática (3); administração (3) e arte (2).

No final de 2015, devido à crise política que culminou no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, ocorreram expressivos cortes de recursos do Governo Federal e o arrefecimento da aplicação da política pública Pronatec por parte do MEC, principalmente em relação às instituições públicas de ensino, caso do IFG, ocasionando a descontinuidade do programa.

O IFG tem como origem as Escolas de Aprendizes Artífices, criadas em 1910, que tinham como objetivo o ensino profissional voltado para a formação de mão de obra, porém ao longo do tempo, o ensino nestas instituições foram para além da simples execução mecânica com o intuito de atender a lógica mercadológica, mas com ênfase na formação humana integral. Essas diretrizes encontram-se explícitas na lei de criação dos Institutos Federais, Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que define se tratar de uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicâmpus, especializada na oferta de educação profissional, tecnológica em diferentes modalidades de ensino, tendo como objetivos a promoção do desenvolvimento e a inclusão social, através da educação pública, gratuita e de qualidade.

A instituição, estruturada no tripé – ensino, pesquisa e extensão, deu continuidade a oferta de cursos FIC gerenciado pela Gepex, no cumprimento de sua responsabilidade social em interagir e contribuir para o desenvolvimento do município ao qual esta inserida.

Durante o período estudado, foram oferecidas um total de mil quatrocentas e cinquenta e três vagas, cujos cursos tinham em média 25 vagas. Foram estabelecidas parcerias com as prefeituras municipais de Senador Canedo e Leopoldo de Bulhões e com o Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Senador Canedo (SINDICANEDO). Setecentas e quarenta e cinco pessoas concluíram os cursos, conforme tabela nº 2 e 3.

Curso	Tipo	2014/2	2015/1	2015/2	2016/1	2016/2	2017/1	2017/2
Agente de Gestão de Resíduos	Pronatec			10				
Agente de Limpeza Urbana – Leopoldo de Bulhões	Pronatec			8				
Agente de Observação de Segurança	FIC		15	5				
Aprimorando o Conhecimento em Língua Portuguesa	FIC					12		
Assistente de Planejamento e Controle de Produção	FIC	14	25	25				
Automação Predial	FIC			16				
Auxiliar Administrativo	FIC	13						
Auxiliar de Laboratório de Saneamento	FIC	10						
Auxiliar Fiscalização Ambiental	FIC	19			15			19
Cuidador de Idosos	Pronatec			13				
Cuidador Infantil	Pronatec	9						
Cuidador Infantil	FIC	20	25					12
Editor de Projeto Visual Gráfico	FIC	7	10					
Educação Ambiental	FIC					9	18	
Educação Inclusiva	FIC		20	26	13		15	
Eletricista Industrial	FIC		15	17	9	16	11	
Formação de Professores na Área de Ciências Humanas	FIC		5	16				
Inclusão Digital	FIC					9		
Iniciação Musical para Educadores	FIC			3				

Curso	Tipo	2014/2	2015/1	2015/2	2016/1	2016/2	2017/1	2017/2
Leitura e Escrita na Prática Docente: Desafios Atuais	FIC				8			
Monitor do Uso e Conservação dos Recursos Hídricos	FIC		15					
Montador de Estruturas Metálicas	FIC				9	4	18	
Noções de Laboratório e Análise da Qualidade da Água	FIC			27				
Operador de Computador	FIC	25	10	18			18	16
Práticas e Didáticas em Sala de Aula	FIC			4				
Programador de Computador	FIC							6
Recreador	FIC	10		19				
Recursos Humanos	FIC	21						
Tópicos de Física	FIC						13	
Total de concluintes por semestre		148	140	207	54	50	93	53

Tabela 2. Cursos ofertados e quantitativo de concluintes. Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Constatou-se que o corte de recursos e a mudança do enfoque de aplicação da política, além do aumento gradativo de alunos regulares inerentes a um campus em implantação que exige maior comprometimento da carga horária de docentes e técnico-administrativos, impactaram na oferta de cursos a partir de 2016, que sofreu redução das matrículas de 45,51 % em comparação com a média de matrículas de 2014 e 2015, conforme ilustrado no gráfico 1.

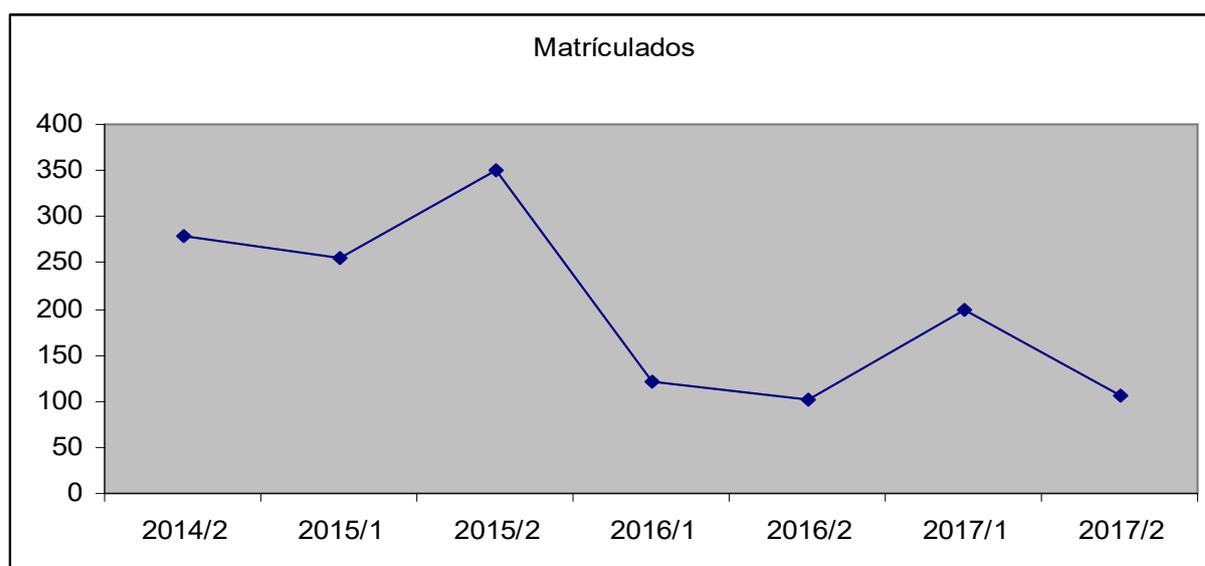


Gráfico 1. Evolução de matrículas. Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Observou-se também que, no período analisado houve uma evasão total de 47,35% em relação ao efetivo aproveitamento do curso, porém este dado não foi objeto desta investigação, o qual merece uma outra pesquisa para identificação das causas e possíveis soluções.

Período	Vagas	Matriculados	Concluintes	Aproveitamento (%)	Evasão (%)
2014/2	280	280	148	52,86	47,14
2015/1	256	256	140	54,69	45,31
2015/2	368	350	207	59,14	40,86
2016/1	130	122	54	44,26	55,74
2016/2	128	102	50	49,02	50,98
2017/1	178	200	93	46,50	53,50
2017/2	113	105	53	50,48	49,52
TOTAL	1453	1415	745	52,65	47,35

Tabela 3. Quantitativo de vagas, matriculados e concluintes. Fonte: Dados da pesquisa, 2019

4.2 Percepções Sobre a Aplicação do Programa

Objetivando verificar se oferta de capacitação profissional através dos cursos Pronatec/FIC no âmbito do IFG fomentou a inserção dos indivíduos participantes no mercado de trabalho, bem como entender se a aplicação de políticas públicas que tratam da educação e do trabalho impactam o participante no desenvolvimento pessoal, profissional e socioeconômico, utilizamos a técnica de entrevistas com colaboradores do programa vinculados ao IFG e egressos dos cursos oferecidos em 2017, pois ocorreram dificuldades de contato com os egressos dos anos de 2014 a 2016 .

Foram realizadas entrevistas semiabertas, com questões semiestruturadas, sendo desenvolvidos dois roteiros com perguntas inerentes ao objeto da pesquisa e adaptado para cada perfil de entrevistado, ou seja, colaborador e egresso. Dada a limitação deste trabalho, foram selecionados dez participantes, conforme tabela nº 4.

Entrevistado	Idade	Gênero	Escolaridade
C1	41	Feminino	Mestrado (em andamento)
C2	30	Feminino	Mestrado (em andamento)
C3	36	Masculino	Mestrado
C4	53	Feminino	Doutorado
C5	47	Feminino	Doutorado
E1	35	Feminino	Ens. Médio
E2	33	Feminino	Graduação (em andamento)
E3	35	Feminino	Graduação (em andamento)
E4	73	Masculino	Ens. Superior
E5	67	Feminino	Ens. Médio

Tabela 4. Perfil dos entrevistados. Fonte: Dados da pesquisa, 2019

Na identificação do perfil do público alvo do programa, observou-se a heterogeneidade, pois não há restrição etária, de gênero, e/ou exigência de escolaridade, conforme explicitam os entrevistados C1 a C5, que contam com a informação de dados socioeconômicos dos alunos colhidos no momento das matrículas, afim de subsidiar o planejamento e execução dos cursos. Portanto, há alunos com escolaridade de ensino fundamental a pós-graduados, empregados e desempregados, jovens e idosos.

Quanto a divulgação dos cursos, o IFG utilizou o site oficial, as redes sociais, visitas nas escolas e em órgãos municipais e o recurso de comunicação oral de pessoa para pessoa (boca-a-boca), feito por servidores e alunos regulares da instituição. Quando questionado aos egressos como ficaram sabendo sobre o curso, os mesmos informaram que foi através de outras pessoas.

Outro ponto observado pelos entrevistados C1 a C5 e confirmado pelos entrevistados E1 a E5, foi a diversidade de objetivos dos alunos em relação ao curso. Alguns buscaram a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização para o mercado de trabalho, outros para conseguirem a certificação de carga horária complementar acadêmica ou para a progressão funcional, outros ainda buscaram ampliar os conhecimentos e a integração social.

A proposta de ensino aplicada no IFG identifica-se com a formação integral ou onilateral, concebendo o indivíduo na sua totalidade, possibilitando a este, visualizar sua realidade de forma crítica e autônoma, dando-lhe instrumentos para interferir efetivamente na transformação social, política-ética da sociedade. Corroborando com esta análise as falas dos colaboradores em relação à questão 2 do roteiro: Sob sua ótica, como foi a experiência de aplicação da política de capacitação profissional através do Pronatec/FIC no IFG?, sintetizada por C3:

Pensando do ponto de vista institucional e estrategicamente, como os Institutos são uma forma peculiar de oferecimento de formação, a gente procura verticalizar o máximo possível a formação. É a natureza e a característica desta instituição e acho que é uma maneira de dar resposta, tanto no sentido de tempo, prazo e público. Eu diria que tempo se enquadra na falta que as pessoas tem de oportunidade de fazer um curso de um formato diferente que a gente oferece, o prazo é que são cursos rápidos e quanto ao tipo de público, porque até então, de alguma forma, oportuniza para todo mundo, pois são cursos que basta a pessoas ter ensino fundamental para poder se candidatar. Então acho que institucionalmente, a missão social fica cumprida, sendo uma estratégia de democratizar o conhecimento, o acesso a formação em um país com um quadro dos mais deficitários de formação de recursos humanos.

C4, pondera também que:

A experiência em relação à aplicação da política não é de todo satisfatória. Por um lado, a oferta de cursos foi interessante no sentido de possibilitar uma formação

rápida aos cursistas, mas por outro lado, a política do pronatec não conseguiu proporcionar mudanças necessárias a amenização das desigualdades sociais. O programa conseguiu oferecer o acesso à educação profissional técnica com foco no mercado de trabalho, mas não conseguiu possibilitar uma formação para o mundo do trabalho.

Portanto, apesar do programa apontar como demanda prioritária a atenção ao público em situação de vulnerabilidade, desempregadas, com baixa escolaridade, etc., por ser aberto, há a universalização do público, o que denota a convergência das leis citadas no referencial teórico. Os colaboradores entendem que os cursos de capacitação profissional do Pronatec/FIC auxiliam a inserção dos indivíduos do município de Senador Canedo no mercado de trabalho, porém o ensino vai além da empregabilidade, como complementa C3:

Na prática pedagógica, em primeiro plano seria, a possibilidade desse sujeito encontrar elementos teóricos, artísticos, intelectuais, científicos para o resgate das cidadania e a construção da auto estima, da auto imagem e inclusive subsidia-los com a capacidade analítica de auto percepção, de percepção do meio social. E o sentido de transformar a partir da transformação que ocorre em mim enquanto ser.

Nota-se, por parte dos colaboradores, satisfação em atuar do programa, sendo para eles, desafiante e enriquecedor pessoal e profissionalmente. Essa interação e dedicação foi apontada como um dos aspectos positivos percebidos pelos entrevistados do perfil egresso, como verbalizou E2, participante do curso Cuidador Infantil:

Foi um ótimo curso. Aprendi bastante com excelentes professores. No meu caso, complementou meus conhecimentos no curso que estou fazendo [pedagogia], além de fornecer o aproveitamento das horas complementares para a faculdade. Outra coisa interessante, foi a participação na aula prática nas creches e CMEI [Centro Municipal de Educação Infantil] e a oficina de produção de materiais e jogos pedagógicos que foi apresentada na IV Secitec [Semana da Ciência e Tecnologia] com o tema “A Matemática Está em Tudo“

Para E4 e E5, participantes do curso inclusão digital, que tinham como objetivo adquirir conhecimento e autonomia tecnológica,

o curso foi excelente, e a intenção dos professores, por sinal muito bons também, com perfil dedicado e empolgado com aquilo que está fazendo, interessados que os alunos aprendam cada vez mais. (,,) com esse curso facilitou muito o uso da tecnologia [celular e computador]. Eu não sabia nem ligar. Mas a gente que é mais de idade precisa de mais atenção, mais prática.

Durante as entrevistas, foi perguntado para ambos os perfis sobre a ocorrência de parcerias para proporcionar a efetiva empregabilidade dos indivíduos que tinham este objetivo. Os entrevistados C1 a C5, não identificaram o encaminhamento formal para o

emprego dos concluintes, identificaram sim, parcerias para encaminhamento dos participantes pelas Prefeituras, CRAS e SINDICANEDO. Para a entrevistada E3, participante do curso de Cuidador Infantil, que estava desempregada, “O curso ajudou. Já trabalhei em uma escolinha e está ajudando com o curso de pedagogia.” As entrevistada E1 e E2, continuam na busca de uma colocação profissional, porém para E2 o objetivo principal foram as horas complementares para a faculdade. Já E4 e E5, não tinham objetivo de empregabilidade, mas de atualização e conhecimento.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Nesta investigação buscamos verificar se oferta de capacitação profissional através dos cursos Pronatec/FIC no âmbito do IFG fomentou a inserção dos indivíduos participantes no mercado de trabalho, bem como entender se a aplicação de políticas públicas que tratam da educação e do trabalho impactam o participante no desenvolvimento pessoal, profissional e socioeconômico. Para tanto, utilizamos a técnica de entrevistas com colaboradores do programa vinculados ao IFG e egressos dos cursos oferecidos em 2017, pois ocorreram dificuldades de contato com os egressos dos anos de 2014 a 2016

Observamos que a percepção geral de aplicação da política é positiva, pois o programa disponibiliza o acesso gratuito a cursos cujo objetivo vai além da empregabilidade, “proporcionando a melhora das condições sociais, econômicas e políticas de cada cidadão e da cidade onde os cursos são ofertados”. Assim, como consta no art. 205 da CF, é necessário compreender a educação como meio para o indivíduo atingir seu pleno desenvolvimento, seja para a vida, seja para o trabalho ou para o exercício da cidadania.

Como pontos a serem melhorados, apontamos a dificuldade na continuidade da execução do programa devido às restrições orçamentárias e às últimas pactuações lançadas pelo MEC, que privilegiaram cursos a distância em detrimento à educação via cursos presenciais, inviável para muitos indivíduos sem acesso à tecnologia.

Necessário faz-se um estudo mais aprofundado sobre a evasão, indicadores qualitativos dos cursos e o estabelecimento consistente de parcerias públicas e privadas para o encaminhamento do egresso, que assim o desejar, para oportunidades de trabalho. Dentre os indicadores possíveis, sugerimos alguns, que estejam relacionados, por exemplo, à

identificação do perfil individual adequado para determinado curso com o correto nivelamento inicial, ao oferecimento de cursos alinhados com o mercado local, com os arranjos produtivos locais ou ao empreendedorismo.

Por fim, detectamos na aplicação do programa a convergência das leis 9.394/1996, alterada pela 11.741/2008 (LDB), Lei 11.892/2008 (IFs) e da Lei 12.513/2011 (Pronatec), que propõem aos sujeitos “ a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social” e acreditamos no desenvolvimento de um olhar sobre a educação profissional e tecnológica que não se esgote no campo dos saberes e fazeres empíricos, mas que se estruture como política de Estado e que dê resultados não somente no curto prazo, mas também em uma dimensão estratégica, de longo alcance, por meio de um plano de crescimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; SOUZA, Kairo Vinícius Queiroz de. Políticas públicas e cidadania: experiências do Pronatec em São Borja/RS. **Mediação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 20, p. 158-172, jan./jun. 2015.

BRASIL. Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004. Brasília, 2004. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm>. Acesso em: 07 jan. 2019.

BRASIL. Lei n. 11.741, de 16 de julho de 2008. Brasília, 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 07 jan. 2019.

BRASIL. Lei n. 11.982, de 29 de dezembro de 2008. Brasília, 2008. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm>. Acesso em: 07 jan. 2019.

BRASIL. Lei n. 12.513, de 26 de outubro de 2011. Brasília, 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12513.htm>. Acesso em: 07 jan. 2019.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho necessário**, Niteroi, RJ, v. 3, n. 3, p. 1-20, 2005. Disponível em: < <http://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Sérgio Paganini. Desafios de capacitação profissional: a experiência do Pronatec/BSM em Senador Canedo (GO). **WWP: Repositório Enap, Casoteca de Gestão Pública**, Brasília, 23 p., 2016. Disponível em: < <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2968>> Acesso em: 31 jan. 2019.

MELO, T.G.S.; MOURA, D. H. PNE (2001-2010), PNE (2014-2024): orientações para a educação profissional do Brasil. **Holos**, Natal, RN, v. 3, p. 3-15, 2017. Disponível em: < <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5766>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

MOURA, D. H. Educação básica e Educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, RN, v. 2, p. 4-30, 2007. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>>. Acesso em: 31 jan. 19.

RAMOS, M.N. A educação da classe trabalhadora e o PNE (2014-2024). **Holos**, Natal, RN, v. 6, p. 3-20, 2016. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4982>>. Acesso em: 25 jan. 2019.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2014.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a),

O (a) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar do estudo: **Inclusão pela educação: análise da política pública Pronatec/FIC no âmbito do IFG – Câmpus Senador Canedo**, O objetivo desta pesquisa é verificar se a oferta de capacitação profissional através dos cursos Pronatec/FIC fomenta a inserção dos indivíduos participantes no mercado de trabalho.

O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo através da omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a).

A sua participação ocorrerá por meio de entrevista, para a qual utilizaremos um roteiro de entrevista que será aplicado no município de Senador Canedo ou em outro local, em data(s) e horário(s) a ser(em) combinado(s) com o(a) Sr(a), estimando-se como tempo de duração para sua realização um período entre 20 e 40 minutos. Informamos que o(a) Senhor(a) pode se recusar a responder qualquer questão sobre a qual não se sinta à vontade para comentar, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento de sua ocorrência, sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a). Sua participação é voluntária e não há gratificação por sua colaboração.

Se o(a) Senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor entre em contato com: Prof. Esp. Henrique Neuto Tavares, telefone: +55 61 982967733 ou pelo e-mail henrytavares@gmail.com, ou com a Pós Graduanda Andréia Missias Andrade de Carvalho, telefone: +55 62 982695167, ou pelo email: andreia.missias8@gmail.com.

Este documento foi elaborado em duas vias: uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o sujeito da pesquisa.

- Autorizo gravar esta entrevista
- Não autorizo gravar esta entrevista

Senador Canedo, de de 2019.

Nome do entrevistado

Pesquisadora Andréia Missias Andrade de Carvalho

Apêndice B – Roteiro de Entrevista: Egressos

ROTEIRO DE ENTREVISTA - EGRESSOS

Objetivo Geral

Verificar se a oferta de capacitação profissional através dos cursos Pronatec/FIC fomenta a inserção dos indivíduos participantes no mercado de trabalho.

- 1) Perfil do entrevistado (a):
 - a. Idade
 - b. Gênero
 - c. Escolaridade
 - d. Composição familiar
- 2) Processo de ingresso e realização do curso:
 - a. Curso realizado
 - b. Como ficou sabendo do curso?
 - c. Situação funcional à época: () empregado () desempregado
 - d. Tipo de curso: () Pronatec/Bolsa Formação () FIC

- e. Para resposta Pronatec/Bolsa Formação: A bolsa foi o maior atrativo?
 - f. Como foi a realização do curso?
- 3) Após a conclusão do curso
- a. A realização do curso ajudou a mudar suas possibilidades profissionais ou a inseri-lo no mercado de trabalho?
 - b. Participou de outros cursos Pronatec/FIC no IFG? quais?
 - c. Outras impressões que considerar pertinente

Apêndice C – Roteiro de Entrevista: Colaboradores IFG

ROTEIRO DE ENTREVISTA - COLABORADORES IFG

Objetivo Geral

Verificar se a oferta de capacitação profissional através dos cursos Pronatec/FIC fomenta a inserção dos indivíduos participantes no mercado de trabalho.

- 1) Perfil do entrevistado (a):
 - a. Idade
 - b. Gênero
 - c. Escolaridade
 - d. Função/cargo
- 2) Sob sua ótica, como foi a experiência de aplicação da política de capacitação profissional através do Pronatec/FIC no IFG?
- 3) Foram estabelecidas parcerias? Qual foram os métodos de divulgação?
- 4) Os inscritos eram encaminhados por alguma instituição? exemplo CRAS, Prefeitura.etc.

- 5) Foi feita coleta de dados socioeconômicos dos alunos?
- 6) Houve avaliação do aproveitamento dos cursos por parte dos concluintes?
- 7) Houve algum acompanhamento ou parceria para viabilizar a inserção dos egressos no mercado de trabalho?
- 8) Em sua percepção, os cursos de capacitação profissional do Pronatec/FIC fomentam a inserção dos indivíduos do município de Senador Canedo no mercado de trabalho?
- 9) Outras questões que você achar pertinente.